

A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires

Deborah Regina Leal Neves
Universidade de São Paulo
Mestrado defendido em 2014

A dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo em abril de 2014 busca a comparação entre os processos de reconhecimento, apropriação e ressignificação de locais relacionados às últimas ditaduras no Brasil e na Argentina. Para isso, foram analisados sob a perspectiva do patrimônio cultural os seguintes locais: Arco do Presídio Tiradentes, Edifício Maria Antônia e Edifício do Antigo Dops, em São Paulo e Club Atlético, Olimpo e ESMA, em Buenos Aires.

A partir da análise sob a forma de comparação, foi possível identificar que a mobilização pela valorização como patrimônio cultural dos edifícios em São Paulo foram iniciadas ainda na década de 1980, enquanto o processo de transição para a democracia ainda estava se consolidando. Em Buenos Aires, entretanto, esses processos de reconhecimento só tiveram lugar na década de 2000, inserido em um contexto mais amplo de busca por verdade, memória e justiça. Nesse sentido, buscamos evidenciar que ao contrário do que comumente se acredita, não houve paralisia nos movimentos sociais brasileiros relacionados à temática dos Direitos Humanos, que através de reivindicações pelo tombamento desses locais emblemáticos para a luta paulista, encontraram a possibilidade de manter a discussão sobre a ditadura no âmbito público, uma vez que a transição para a democracia se deu por meio de acordos que não previam a responsabilização de agentes estatais.

Por outro lado, na Argentina a preocupação com o tombamento de cada um dos locais estudados iniciou-se com a possibilidade de demolição da ESMA, no ano de 1998, quando um Decreto Presidencial previu a substituição dos prédios por um parque que visava estimular a “reconciliação” da sociedade. A partir desta ameaça, os movimentos de Direitos Humanos voltaram as atenções para a preservação física dos lugares onde houve crimes contra a humanidade. Inicialmente estes lugares foram considerados importantes para o reconhecimento realizado por vítimas de tais abusos, mas desvinculado de uma prática de reconhecimento como patrimônio cultural; isso porque a preocupação argentina durante a transição, que foi de ruptura com a ditadura, era a apuração da verdade e a aplicação de medidas judiciais aos acusados.

Essa é uma das contribuições da dissertação: evidenciar que cada sociedade, a partir de suas experiências e práticas sociais particulares e vinculadas à sua história, lidou de maneira distinta com a temática da memória associada a lugares físicos. No Brasil, podemos afirmar que requerer o reconhecimento de tais lugares como patrimônio cultural consistiu numa prática alternativa diante da impossibilidade de se aplicar a Justiça. Na Argentina, essa foi uma preocupação que esteve em um plano secundário face às apurações de verdade e medidas de Justiça, sendo acionada apenas quando da ameaça de desaparecimento.

As distintas formas de lidar com o legado físico da ditadura como patrimônio explica muito sobre os processos sociais e políticos desenvolvidos ao longo dos anos em ambos os países. Inclusive na maneira de ressignificar os espaços, como também foi estudado durante o trabalho de pesquisa.

O foco então se voltou para as experiências de utilização de cada um desses espaços, ou seja, uma vez reconhecidos como importantes para recordar determinado aspecto sobre a ditadura na sociedade, qual foi o uso e como tais lugares foram ocupados. Nesse ponto foi possível identificar similaridades nos processos. Edifício Maria Antônia e Olimpo estão ocupados predominantemente por atividades culturais; Arco do Presídio Tiradentes e Club Atlético podem ser entendidos como monumentos; Antigo Dops e ESMA são espaços voltados à reflexão sobre períodos de exceção e à valorização de diversas memórias relacionadas ao período das ditaduras, com enfoque a partir da perspectiva dos perseguidos pelos regimes – de modo que ambos os locais estão ligados à Coalizão Internacional de Sítios de Memória.

O foco especial ficou voltado para o Antigo DOPS e para o Casino de Oficiales, na ESMA. Isso porque a intervenção arquitetônica nos prédios influenciou a maneira como cada um deles foi ocupado posteriormente por instituições memoriais.

Analisamos, portanto, reformas realizadas no Casino de Oficiales, na década de 1970 e no Antigo DOPS em 1999. O objetivo desta análise comparada das reformas constituiu-se em determinar quais os contextos, intenções e resultados de cada uma delas. A primeira reforma analisada, no Casino de Oficiales, ainda durante a ditadura, foi realizada com o intuito de modificar aspectos físicos marcantes do edifício que pudessem conferir veracidade aos testemunhos prestados por sobreviventes do CCDyT, quando elaboraram denúncias aos órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos. A visita realizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos não conseguiu identificar a ESMA como um espaço de

cárcere de presos políticos, mas relatou a existência de reformas no prédio do Casino de Oficiales. Com a desocupação do edifício pela Marinha no ano de 2004, prospecções e investigações estratigráficas e arqueológicas passaram a ser realizadas no Casino, revelando informações que são utilizadas inclusive na atual Mega Causa ESMA, em curso na Justiça argentina, e que visa a investigação de crimes cometidos por militares. O edifício foi considerado Monumento Histórico Nacional no ano de 2008, após um longo processo administrativo, iniciado em 2000.

Por outro lado, a reforma empreendida no Antigo Dops, embora em tempo democrático, não se pautou pela preservação do edifício tal qual quando foi desocupado pela polícia paulista. Com o intuito de instalar um equipamento cultural com temática variada e com mínima associação à história política do local, a reforma eliminou vestígios bastante mais evidentes que aqueles encontrados no Casino. As paredes com inscrições de detidos de diferentes épocas foram destruídas, desaparecendo com a possibilidade de recuperação e com um documento histórico. O tombamento do edifício no ano de 1999 não foi suficiente para impedir tal ação, realizada com o aval do Governo do Estado de São Paulo. Essa reforma é objeto de uma ação judicial que cobra do Estado uma indenização pelos danos irreversíveis.

A partir da análise de cada reforma, foi possível identificar como cada instalação de memorial nos respectivos lugares de memória se utilizou das intervenções realizadas durante as obras para torná-las também objeto de exposição e reflexão. No Casino de Oficiales, a reforma é evidenciada e explicada por meio de cartazes e dos guias culturais do Espacio para La Memoria, compreendida como parte de um processo histórico do edifício e da sociedade argentina. Nesse caso, o próprio edifício é o objeto museográfico, suportado por poucas peças gráficas. Trabalhos de investigação em curso podem ser observados como parte da experiência de visita. Ainda não há definição acerca da manutenção deste modelo, mas a conclusão do trabalho é de que a representação no Casino não é imprescindível, já que o próprio prédio cumpre com sua função didática.

No Memorial da Resistência, instituição que hoje ocupa o Antigo Dops, a reforma é um tema que não ganha destaque. Ocupado verticalmente por painéis contendo fotografias, linhas do tempo e textos explicativos, a experiência no Memorial da Resistência é menos sensível à questão do que ali aconteceu. Apenas em uma das quatro celas remanescentes – mas descaracterizadas – os visitantes podem ouvir relatos de sobreviventes daquele cárcere. Em outra cela, é possível observar novas inscrições realizadas nas paredes, em uma cerimônia

após a inauguração do memorial. Pessoas que ali ficaram presas deixaram seus nomes e de companheiros que morreram. A experiência não permite que o visitante entenda completamente como era o cotidiano no local e a empatia não é tão significativa. Isso porque o enfoque não é nas vítimas da perseguição do estado durante a ditadura iniciada em 1964, mas na repressão durante todo o período republicano. Com isso, torna-se uma experiência que se assemelha a um livro escolar, provocando pouca empatia e reconhecimento nos fatos. Essa reflexão é suscitada por atividades complementares, nem sempre acessível a todos, com eventos como “Sábados Resistentes” e cursos de formação de professores. Como a visita não é obrigatoriamente guiada, o visitante pode não ter acesso às informações prestadas pelos guias culturais, que não estão presentes na exposição.

Isso legitima um e não outro? Torna a experiência de um melhor que outro? A princípio não. São formas distintas de lidar com temas similares, e que também refletem a maneira com a qual sociedade lida com esse passado recente e traumático. Os processos sociais de Brasil e Argentina são distintos entre si, embora próximos no tempo e espaço. A ocupação de cada um desses locais é resultado dessas apropriações. Se o Memorial da Resistência deixa a desejar em vários aspectos da evocação da memória, certamente é porque a sociedade brasileira legou um espaço secundário ao tema ali discutido. Vale recordar que este é o único equipamento cultural que aborda a repressão do estado e a resistência no Brasil.

Buscou-se, em ambos os casos, refletir à luz de experiências internacionais outras que cuidaram de lugares diretamente relacionados à memória que evocam. As técnicas de restauro empregadas, o respeito a princípios de intervenção dispostos em cartas patrimoniais e a forma como esses lugares, ressignificados, podem se tornar mercadorias turísticas ao invés de lugares de consciência, como pretendem ser.

Nesse sentido, buscamos analisar o compasso das sociedades brasileira e argentina em relação a uma problemática inerente à memória: o que se deve lembrar, o quanto e por quanto tempo. Sob a influência de textos de Andreas Huyssen, Aleida Assman e Tzvetan Todorov foi destacado o contexto social que cada sociedade vive: a Argentina vive um momento de julgamentos de militares envolvidos em crimes durante a ditadura, de investigação, identificação e ocupação de locais utilizados principalmente para a detenção e o assassinato de opositores da ditadura. Fala-se em um suposto excesso de memória, que impediria o desenvolvimento político e cultural do país. Por outro lado, o Brasil cuja transição buscou não tratar do que ocorreu durante a sua ditadura mais recente, vem em um processo de

reconhecimento de lugares relacionados ao período e agora, com os trabalhos de várias comissões da verdade, elucidar fatos. Não se pode sequer falar em excesso de memória no espaço público, uma vez que muitos locais ainda estão sendo identificados.

Não há um descompasso entre os processos sociais, mas “timings” distintos. Não se pode sequer afirmar que tratamos de políticas de Estado de memória. A Argentina, por exemplo, mantém a mesma corrente política no Poder Executivo de seu país há mais de uma década, governo este que é alinhado à Política de Memória e Direitos Humanos. Mas não se sabe o que ocorrerá posteriormente. No Brasil, por exemplo, as atividades de reconhecimento de espaços e outras políticas relacionadas aos Direitos Humanos têm ganhado espaço paulatinamente na agenda do Executivo nacional, e algumas ações isoladas em estados e municípios. Portanto, o trabalho contesta a existência de uma política de memória de Estado, acreditando em uma política de governo.

Por fim, concluímos afirmando que o tempo de duração da memória, da rememoração são definidos pela própria sociedade, cabendo a esta coletivamente. Esses lugares devem deixar de existir se assim compreender a população que viver o momento histórico em que isso for questionado, afinal, “Toda sociedade define o que se pode ou convém dizer e como e quando (critérios de dizibilidade), ou recordar (critérios de memorabilidade) ou, ainda, ver e figurar (critérios de visibilidade/figurabilidade).”¹ Nesse sentido, Huyssen apresenta um questionamento retórico: *¿Acaso no constituye el poder esencial de la memoria el que pueda ser discutida desde nuevas perspectivas, desde evidencias novedosas, incluso desde los espacios que ella misma había bloqueado?*² É preciso ter em perspectiva que a preservação é um trabalho de eleição, de reconstrução e/ou de destruição de um passado, a partir dos termos do presente, portanto, as ações e políticas empreendidas por estes países serão objeto de estudos no futuro para compreender o tempo social que se viveu.

¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Cultura política e Lugares de Memória, in: AZEVEDO, Cecília. [et al.]. Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009., p.457

² HUYSEN, Andreas. Monumentos y memoria del Holocausto en la Era de los medios, in: HUYSEN, Andreas. En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001, p.144